

**25/05/2010**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 100.369 PARANÁ**

**RELATOR** : **MIN. AYRES BRITTO**  
**PACTE. (S)** : **JUCELI GHIZZO DO CANTO**  
**PROC. (A/S) (ES)** : **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO**  
**COATOR (A/S) (ES)** : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

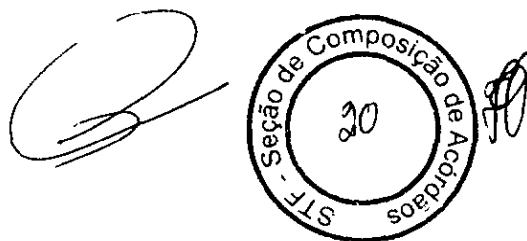
**EMENTA: HABEAS CORPUS. TIPICIDADE. INSIGNIFICÂNCIA PENAL DA CONDUTA. DESCAMINHO. VALOR DAS MERCADORIAS. VALOR DO TRIBUTO. LEI 10.522/02. IRRELEVÂNCIA PENAL. ORDEM CONCEDIDA.**

1. O postulado da insignificância é tratado como vetor interpretativo do tipo incriminador, tendo por objetivo excluir da abrangência do Direito Criminal condutas provocadoras de ínfima lesão ao bem jurídico tutelado. Tal forma de interpretação segue *pari passu* com as medidas legislativas de uma sadia política criminal que visa, para além de uma desnecessária carcerização, ao arejamento de uma Justiça Penal que deve se ocupar apenas das infrações tão lesivas a bens jurídicos dessa ou daquela pessoa em particular quanto aos interesses gerais do corpo social.

2. No caso, a relevância penal é de ser investigada a partir das coordenadas traçadas pela Lei 10.522/02 (lei objeto de conversão da Medida Provisória 2.176-79). Lei que, ao dispor sobre o "Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais", estabeleceu os procedimentos a ser adotados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em matéria de débitos fiscais.

3. Não há sentido lógico em permitir que alguém seja processado, criminalmente, pela falta de recolhimento de um tributo que nem sequer se tem a certeza de que será cobrado no âmbito administrativo-tributário.

4. Ordem concedida para restabelecer a sentença absolutória.



**HC 100.369 / PR**A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em deferir o pedido de *habeas corpus*, o que fazem nos termos do voto do Relator e por maioria de votos, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas. Vencidos a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 25 de maio de 2010.



AYRES BRITTO

-

RELATOR

25/05/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.369 PARANÁ

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO  
PACTE. (S) : JUCELI GHIZZO DO CANTO  
PROC. (A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO  
COATOR (A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)**

Cuida-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de medida liminar, impetrado contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Tribunal que recusou a incidência do princípio da insignificância penal, sob o fundamento de que "o melhor parâmetro para afastar a relevância penal da conduta é justamente aquele utilizado pela Administração Fazendária para **extinguir** o débito fiscal, consoante dispõe o art. 18, § 1º, da Lei nº 10.522/2002, que determina o cancelamento da dívida tributária igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais)" (fls. 75).

2. Pois bem, a Defensoria Pública da União postula o trancamento da ação penal ajuizada contra Juceli Ghizzo do Canto, com a aplicação do princípio da insignificância penal. Alega que o art. 20 da Lei Federal 10.522/02 estabelece o arquivamento das execuções fiscais de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Logo, se a própria União não tem interesse "em se ressarcir de valores até esse montante", "menos



**HC 100.369 / PR**

*ainda deverá se preocupar o Judiciário em penalizar aqueles que cometem o crime de descaminho, cujo imposto elidido não chega àquela importância (R\$ 10.000,00) considerada insignificante" (fls. 07).*

3. Prossegue a defesa para sustentar que a paciente, supostamente, *"trazia consigo mercadorias avaliadas em R\$ 3.070,00, portanto, aquém do parâmetro estabelecido"*. Donde o questionamento: *"considerando os princípios constitucionais da intervenção mínima, da proporcionalidade, da subsidiariedade do Direito Penal, entre outros, e [...] havendo uma sanção administrativa em que é decretada a perda dos bens apreendidos em favor da União, seria, ainda, necessária a atuação do Direito Penal nesses casos?"* (fls. 08).

4. Presente essa moldura, a impetrante pede a concessão de medida liminar para sustar os efeitos do acórdão impugnado. No mérito, requer o deferimento do habeas corpus para trancamento da ação penal movida contra a acusada.

5. Por entender configurados os pressupostos autorizadores, deferi a medida liminar requestada. Oportunidade em que requisitei informações ao Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Foz de Iguaçu/PR, bem como ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

6. Na sequência, abri vista dos autos ao Ministério Público Federal. Órgão que opinou pela concessão da ordem, em parecer assim ementado (fls. 81):



**HC 100.369 / PR**

"HABEAS CORPUS. DESCAMINHO. DÉBITO FISCAL MUITO AQUÉM DE 10 MIL REAIS. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PELA CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Essa Colenda Corte, em recentes julgados, tem entendido que o valor de dez mil reais deve ser considerado como parâmetro para aplicação do princípio da insignificância nos crimes de descaminho, conforme dispõe o art. 20 da Lei n.º 11.033/04. De qualquer modo, a questão deve ser analisada caso a caso.

2. In casu, é possível verificar que o débito fiscal está muito aquém de dez mil reais, sendo importante notar, ainda, que as mercadorias apreendidas não eram proibidas - a paciente é mera 'sacoleira', sendo manifesta a inexpressividade da lesão jurídica provocada e a ausência de periculosidade de sua conduta.

3. Pela **concessão** da ordem."

É o relatório.

\* \* \* \* \*



25/05/2010

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 100.369 PARANÁ**V O T O**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (Relator)**

Consoante relatado, a questão posta em julgamento neste *habeas corpus* é a da incidência, ou não, do postulado da insignificância material (entendida como excludente de tipicidade) ao crime de descaminho (*caput* do art. 334 do Código Penal).

9. De saída, reproduzo os fatos narrados na denúncia (fls. 55-57):

"[...]"

No dia 18 de julho de 2006, por volta das 12h50min., JUCELI GHIZZO DO CANTO mantinha no interior do veículo tipo automóvel de passeio, de placa IBU-4200, FIAT/TEMPRA OURO 16V, abordado por agentes da Polícia Rodoviária Federal em zona secundária, no Posto da PRF de Santa Terezinha de Itaipu/PR, grande quantidade de mercadorias de origem estrangeira e procedência paraguaia relacionadas no auto de infração com apreensão de mercadorias nº YF00519 de fls. 04/05, desacompanhadas de qualquer documento comprobatório de sua regular importação, **sem o pagamento dos tributos federais devidos no valor de R\$ 4.394,61 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos)**, excluindo-se as multas legais.



**HC 100.369 / PR**

A natureza e a quantidade das mercadorias apreendidas assinalam que o objetivo da denunciada era de revendê-las mediante lucro ilícito.

[...]

Desta forma, verifica-se que JUCELI GHIZZO DO CANTO adquiriu dolosamente, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial, mercadorias de origem estrangeira e de procedência paraguaia sem o pagamento dos tributos devidos e desacompanhadas de documentação legal.

Agindo assim, a denunciada praticou de forma criminosa a conduta prevista no artigo 334, § 1º, alínea 'd', c/c o § 2º (descaminho), do Código Penal, pelo que se requer, após o recebimento desta denúncia, a sua citação para o devido processo penal, ao final do qual se espera sua condenação ora requerida.

[...]

(Sem destaques no original)

10. Prossigo para anotar que as mercadorias encontradas com a paciente foram avaliadas em R\$ 9.177,64 (nove mil, cento e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), a representar a supressão de tributos no valor aproximado de R\$ 4.394,61 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos)<sup>1</sup>. O que não foi suficiente para o Superior Tribunal de Justiça reconhecer a atipicidade material da conduta dela, paciente.

---

<sup>1</sup> Diz-se "aproximado", tendo em vista que o relatório do recurso em sentido estrito informa que a sonegação fiscal foi de R\$ 3.459,39 (fls. 64).



HC 100.369 / PR

11. Assim postas as coisas, inicio meu raciocínio dizendo que o postulado da insignificância é tratado como vetor interpretativo do tipo penal. É dizer: vetor interpretativo que tem o objetivo de excluir da abrangência do Direito Penal condutas provocadoras de ínfima lesão ao bem jurídico tutelado. Tal forma de interpretação segue *pari passu* com as medidas legislativas de uma sadia política criminal que visa; para além de uma desnecessária carcerização, ao arejamento de uma Justiça Penal que deve se ocupar apenas das infrações tão lesivas a bens jurídicos dessa ou daquela pessoa individual quanto aos interesses societários em geral. Estou a dizer: numa visão humanista do Direito Penal, o postulado da insignificância não é de ser desprezado nem mesmo sob a aparente força do argumento da expansão da impunidade. Donde a seguinte contribuição intelectual de Fernando Célio de Brito Nogueira, *in verbis*:

*"o que fomenta a impunidade e o recrudesimento da criminalidade são muito mais a ausência de resposta estatal efetiva aos grandes desmandos e ilicitudes da Nação, condutas que não raras vezes sangram os cofres públicos e o bolso dos cidadãos que trabalham e pagam impostos, bem como no não atendimento das necessidades básicas das pessoas."*

(NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. *Os miseráveis e o princípio da insignificância*. Boletim IBCCRIM 116/7, ano 10, jul. 2002)





**HC 100.369 / PR**

12. Certo, não se nega o caráter dual da aplicabilidade do postulado da insignificância penal. Se, de um lado, revelam-se patentes a necessidade e a utilidade da consideração da insignificância, por outro, é imprescindível que sua aplicação se dê de maneira criteriosa. Isso para evitar que a tolerância estatal vá além dos limites do razoável em função dos bens jurídicos envolvidos. É falar: todo cuidado é preciso para que a insignificância, como verdadeiro "indiferente penal", não seja aplicada para estimular condutas atentatórias da legítima esfera de interesses tanto dos supostos agentes passivos quanto da sociedade como um todo.

13. Muito bem. Atento às peculiaridades do caso, passo a avaliar a possibilidade de aplicação da idéia-força da insignificância penal. Ao fazê-lo, ressalto que o delito de descaminho (art. 334 do CP) – inserido no Título XI (Dos Crimes contra a Administração Pública), Capítulo II (Dos Crimes Praticados por particular contra a administração em geral) – é modalidade de tipo penal incriminador que se destina à proteção dos interesses da Fazenda Nacional. Isto é, visa à incriminação da conduta de toda pessoa jurídica, literal, que deixa de recolher o tributo devido pela entrada de mercadoria estrangeira no país.



HC 100.369 / PR

14. No caso dos autos, a paciente se acha processada pelo delito do caput do art. 334 do Código Penal, sem que o valor do tributo devido supere a soma de R\$ 4.394,61 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos). Pelo que o nosso desafio é saber se esse valor é ou não relevante sob o ângulo penal. Relevância que é de ser investigada, penso, a partir das coordenadas traçadas pela Lei 10.522/02 (lei objeto de conversão da Medida Provisória 2.176-79). Lei que, ao dispor sobre o "Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais", estabeleceu os procedimentos a ser adotados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em matéria de débitos fiscais. Leio o que se contém no art. 20, in verbis:

**"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

**§ 1º Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados."**

(Grifos acrescentados)



**HC 100.369 / PR**

15. Daqui se conclui que, atualmente, se o tributo devido não superar o limite de dez mil reais, é muito provável que o devedor nem sequer seja citado em uma eventual ação de execução fiscal para o pagamento do débito tributário. A não ser, é claro, que o somatório de todos os seus débitos para com o Fisco supere o referido montante. O que não é o caso. Caso em que o próprio Juízo natural da causa (2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu/PR) - bem mais próximo, portanto, à realidade dos autos - não enxergou nenhuma lesão ao Fisco em grau que justificasse a repressão penal, dado o valor das mercadorias apreendidas.

16. Se é assim, penso que é de incidir o postulado da insignificância penal. Para que haja a aplicabilidade da norma incriminadora, não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo penal. É necessário que esse fato empírico se contraponha, em substância, ao bem ou interesse juridicamente protegido. Ainda noutro falar, é preciso que o agente passivo experimente efetivo desfalque em seu patrimônio, ora maior, ora menor, ora pequeno, mas sempre um real prejuízo material. Não, como no caso, a supressão de um tributo cujo reduzido valor pecuniário tampouco justifica a obrigatória cobrança judicial. Pensar de modo diferente implicaria a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário



**HC 100.369 / PR**

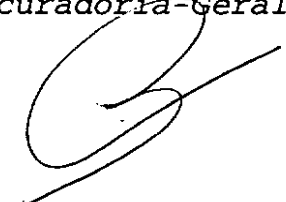
consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar.

17. Com efeito, não faz sentido permitir que alguém seja processado, criminalmente, pela falta de recolhimento de um tributo que nem sequer se tem a certeza de que será cobrado no âmbito administrativo-tributário. Pelo que tenho como acertados os diversos precedentes que extraio da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a saber:

"HABEAS CORPUS. CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTO DEVIDO QUE NÃO ULTRAPASSA A SOMA DE R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS). DESNECESSÁRIO O REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. ALEGADA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. ATIPICIDADE MATERIAL DA CONDUTA. PROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. A simples leitura dos autos revela que o valor do tributo suprimido pelo paciente não ultrapassa o montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Pelo que é desnecessário o revolvimento de matéria fática.

2. A relevância penal da conduta imputada ao paciente, no caso dos autos, é de ser investigada a partir das diretrizes do artigo 20 da Lei nº 10.522/2002. Dispositivo que determina, na sua redação atual, o arquivamento das execuções fiscais cujo valor consolidado for igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Autos que serão reativados somente quando os valores dos débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da



HC 100.369 / PR

Fazenda Nacional ultrapassarem esse limite (§ 1º). O que não sobressai do exame desta causa.

3. Incidência do princípio da insignificância penal, segundo o qual, para que haja a incidência da norma incriminadora, não basta a mera adequação formal do fato empírico ao tipo. Necessário que esse fato empírico se contraponha, em substância, à conduta normativamente tipificada. É preciso que o agente passivo experimente efetivo desfalque em seu patrimônio, ora maior, ora menor, ora pequeno, mas sempre um real prejuízo material. Não, como no caso, a supressão de um tributo cujo reduzido valor pecuniário nem sequer justifica a obrigatória cobrança judicial.

4. Entendimento diverso implicaria a desnecessária mobilização de u'a máquina custosa, delicada e ao mesmo tempo complexa como é o aparato de poder em que o Judiciário consiste. Poder que não é de ser acionado para, afinal, não ter o que substancialmente tutelar.

5. Não há sentido lógico permitir que alguém seja processado, criminalmente, pela falta de recolhimento de um tributo que nem sequer se tem a certeza de que será cobrado no âmbito administrativo-tributário do Estado. Estado julgador que só é de lançar mão do direito penal para a tutela de bens jurídicos de cuja relevância não se tenha dúvida.

6. Jurisprudência pacífica de ambas as Turmas desta Suprema Corte: RE 550.761, da relatoria do ministro Menezes Direito (Primeira Turma); RE 536.486, da relatoria da ministra Ellen Gracie (Segunda Turma); e HC 92.438, da relatoria do ministro Joaquim Barbosa (Segunda Turma).

7. Ordem concedida para determinar o trancamento da ação penal."



HC 100.369 / PR

(HC 93.072, da minha relatoria)

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PENAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM E NÃO APLICADO PELA CONTUMÁCIA DO RÉU. ARTIGO 334, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO. PRECEDENTES.

1. Não se admite Recurso Extraordinário em que a questão constitucional cuja ofensa se alega não tenha sido debatida no acórdão recorrido e nem tenha sido objeto de Embargos de Declaração no momento oportuno.

2. Recorrente condenado pela infração do artigo 334, caput, do Código Penal (descaminho). Princípio da insignificância reconhecido pelo Tribunal de origem, em razão da pouca expressão econômica do valor dos tributos iludidos, mas não aplicado ao caso em exame porque o réu, ora apelante, possuía registro de antecedentes criminais.

3. Habeas corpus de ofício. Para a incidência do princípio da insignificância só devem ser considerados aspectos objetivos da infração praticada. Reconhecer a existência de bagatela no fato praticado significa dizer que o fato não tem relevância para o Direito Penal. Circunstâncias de ordem subjetiva, como a existência de registro de antecedentes criminais, não podem obstar ao julgador a aplicação do instituto.

4. Concessão de habeas corpus, de ofício, para reconhecer a atipicidade do fato narrado na denúncia, cassar o decreto condenatório expedido pelo Tribunal Regional Federal e determinar o trancamento da ação penal existente contra o recorrente."



**HC 100.369 / PR**

(RE 514.531, da relatoria do ministro Joaquim Barbosa)

"AÇÃO PENAL. Justa causa. Inexistência. Delito teórico de descaminho. Tributo devido estimado em pouco mais de mil reais. Valor inferior ao limite de dez mil reais estabelecido no art. 20 da Lei nº 10.522/02, com a redação da Lei nº 11.033/04. Crime de bagatela. Aplicação do princípio da insignificância. Atipicidade reconhecida. Absolvição decretada. HC concedido para esse fim. Precedentes. Reputa-se atípico o comportamento de descaminho, quando o valor do tributo devido seja inferior ao limite previsto no art. 20 da Lei nº 10.522/2002, com a redação introduzida pela Lei nº 11.033/2004".

(HC 96.796, da relatoria do ministro Cezar Peluso)

"DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE DESCAMINHO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. VALOR SONEGADO INFERIOR AO FIXADO NO ART. 20 DA LEI Nº 10.522/02. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A questão de direito tratada neste writ, consoante a tese exposta pela impetrante na petição inicial, é a suposta atipicidade da conduta realizada pela paciente com base no princípio da insignificância.

2. No caso concreto, a paciente foi denunciada por transportar mercadorias de procedência estrangeira sem pagar quaisquer impostos, o que acarretou a sonegação de tributos no valor de R\$ 1.715,99 (mil setecentos e quinze reais e noventa e nove centavos).



**HC 100.369 / PR**

3. O art. 20 da Lei nº 10.522/02 determina o arquivamento das execuções fiscais, sem baixa na distribuição, quando os débitos inscritos como dívida ativa da União forem iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (valor modificado pela Lei nº 11.033/04).

4. Esta colenda Segunda Turma tem precedentes no sentido de que falta justa causa para a ação penal por crime de descaminho quando a quantia sonegada não ultrapassar o valor previsto no art. 20 da Lei nº 10.522/02.

5. Ante o exposto, concedo a ordem de habeas corpus".

(HC 96.374, da relatoria da ministra Ellen Gracie)

18. Leia-se, por oportuno, trecho do voto do ministro Joaquim Barbosa, proferido no julgamento do HC 92.438:

**"no caso em análise, a única acusação que consta da denúncia contra o paciente é a de ter deixado de recolher R\$ 5.118,60, não havendo qualquer alusão, no acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a uma possível continuidade delitiva ou acúmulo de débitos, que conduza à superação do valor mínimo previsto na Lei nº 10.522/02 - dez mil reais.**

Ora, por maior que seja a irresignação do Ministério Público ou do Tribunal Regional Federal da 4ª Região contra a norma antes transcrita, prevista na lei federal nº 10.522/01, c/c Lei nº 11.033/04, **não é possível reconhecer, na hipótese, a existência de justa causa para a ação penal.**





HC 100.369 / PR

À luz de todos os princípios que regem o direito penal, especialmente o princípio da **subsidiariedade**, da **fragmentariedade**, da **necessidade** e da **intervenção mínima**, é inadmissível que uma conduta seja administrativamente irrelevante e, ao contrário, seja considerada **criminalmente relevante e punível**.

A única conclusão a que se pode chegar, na espécie, é a de que não houve lesão ao bem jurídico tutelado."

19. Nessa mesma linha de orientação, vejam-se os REs 550.761, da relatoria do ministro Menezes Direito; e 536.486, da relatoria da ministra Ellen Gracie.

20. Por tudo quanto posto, acolho o parecer ministerial público e concedo a ordem de *habeas corpus*. O que faço para assentar a atipicidade da conduta praticada pela paciente e trancar a ação penal em curso na 2ª Vara Federal Criminal da Comarca de Foz do Iguaçu/PR.

21. É como voto.

\* \* \* \* \*



**25/05/2010****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 100.369 PARANÁ**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, consignarei a matéria, apenas para não ter trabalho de redigir a justificativa. O que se tem na lei de regência, que é a lei não penal, mas dos executivos fiscais? Duas figuras: a primeira é a da extinção do executivo fiscal quando o valor cobrado não é superior a cem reais; a segunda é a do arquivamento do processo a critério do procurador, e não sei se, no caso, houve o arquivamento, para aguardar-se outros débitos. Passou-se a empolgar essa disposição e a concluir-se que – no caso da União, que é uma viúva realmente rica – a insignificância chega a R\$ 9.999,99 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

O SENHOR MINISTROS AYRES BRITTO (RELATOR) - É, pela orientação da Fazenda.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Agora, com um detalhe: o objeto, em sentido largo, linear e indireto, protegido, ou seja, a boa-fé dos contribuintes que cumprem com as suas obrigações fica solapada. E, repito, não se demonstrou que, na espécie, o procurador optou pelo arquivamento provisório. Acaba-se por adotar postura que não digo que implica o estímulo a não se satisfazer débito tributário, mas que é um menosprezo aos contribuintes que cumprem com as obrigações. O que incumbe distinguir é a figura da extinção do executivo fiscal do simples arquivamento provisório do processo, arquivamento temporário, e, no caso concreto, sequer há notícia de que ocorreu.

Peço vênia para indeferir a ordem.

25/05/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.369 PARANÁV O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Eu também, Presidente, tenho posição contrária.

Peço vênia ao eminente Relator e aos que o acompanham, mas, também eu, tal como agora realçado pelo Ministro Marco Aurélio, na argumentação, tenho votado em sentido contrário e me mantenho, ainda, não convencida da situação contrária.

\* \* \*

## PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA**HABEAS CORPUS 100.369**

PROCED. : PARANÁ

**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**

PACTE.(S) : JUCELI GHIZZO DO CANTO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma deferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencidos a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 25.05.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Fabiane Duarte  
Coordenadora